



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº **, DE 2014**
(Do Sr. Rubens Bueno)

Requer informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República acerca das alterações de perfil dos jornalistas Míriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg na enciclopédia Wikipédia.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Ministro **Thomas Timothy Traumann**, acerca das alterações de perfil dos jornalistas Míriam Leitão e Carlos Alberto Sardenberg na enciclopédia Wikipédia.

As informações a serem remetidas a esta Casa são:

- Nome de quem utilizou o IP 200.181.15.10 nos horários de 16h43 e 16h44 do 10/05/2013; 18h32, 18h36, 18h39 e 18h50 do dia 13/05/2013; 19h29 do dia 14/05/2013;
- De quem partiu a ordem para que fossem feitas tais alterações;
- Quais foram as medidas tomadas para a apuração do fato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Em reportagem publicada na data de hoje, dia 08 de agosto de 2014, o jornal O Globo denuncia que a rede de internet do Palácio do Planalto foi usada para fazer alterações nos perfis dos jornalistas Míriam Leitão, colunista do GLOBO, e Carlos Alberto Sardenberg, da CBN e Rede Globo, na enciclopédia colaborativa virtual Wikipédia, com o objetivo de criticá-los, por meio do IP 200.181.15.10, da Presidência da República. As mudanças ocorreram no ano passado na sexta-feira, dia 10 de maio, na segunda-feira 13 de maio e na terça-feira, 14 de maio. As alterações no perfil de Míriam Leitão foram feitas no dia 10 às 16h42 e 16h43, no dia 13 às 18h32 e 18h50, no dia 14 de maio às 19h29. Já Carlos Alberto Sardenberg teve seu perfil no dia 10 às 12h51 e no dia 13 às 14h31.

Senhor Presidente, é flagrante o crime de desvio de função cometido por agentes públicos dentro da sede do comando do País. É inadmissível que esse episódio fique sem resposta. Essa Casa tem o dever constitucional de fiscalizar as ações do Poder Executivo, por isso solicito a aprovação do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 2014.